



SÃOCAMILO
Hospital São Francisco

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM (CEEN)

HOSPITAL SÃO FRANCISCO CONCORDIA-SC

CAPÍTULO I

Da natureza e das finalidades

Art. 1º A Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn) do(a) Beneficência Camiliana do Sul (HSF), foi criada por decisão da assembléia Geral da Categoria, realizada em .24./01./07 , atendendo a determinação da Decisão do COREN-SC n.º 002/2006, aprovada pela plenária do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (COREN-SC), em sua 417 Reunião Ordinária, de 25 de janeiro de 2006 e homologada pela decisão COFEN 014, de 21 de fevereiro de 2006.

Art. 2º A CEEn é um órgão representativo do COREN-SC nas questões éticas dos profissionais da Enfermagem.

Art. 3º A atuação da CEEn limita-se ao exercício ético-legal dos profissionais da Enfermagem nas áreas de assistência , ensino, pesquisa e administração.

Parágrafo Único: A CEEn tem como finalidades: a orientação, a conscientização, o assessoramento, a emissão de pareceres e a averiguação de fatos relacionados ao exercício ético-profissional da categoria.

Art. 4º A CEEn reger-se-á por este regimento, devidamente aprovado em assembleia da categoria de homologado pela Plenária do COREN-SC.

Parágrafo Único: O julgamento e a atribuição de pena são exclusivas do Plenário do Coren/SC e Cofen.

CAPÍTULO II

Dos objetivos

Art. 5º A CEEn tem os seguintes objetivos:

I – Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.



II – Promover e /ou participar de atividades que visem a interpretação do Código de Ética e a sensibilização dos profissionais de Enfermagem em relação ao comportamento ético-profissional.

III – Promover e / ou participar de atividades multiprofissionais ligadas à ética.

IV – Assessorar e orientar a Gerência de Enfermagem, membros da equipe, clientes familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações decorrentes de atitudes não éticas.

V – Verificar as condições oferecidas pela entidade para o desempenho profissional da categoria.

VI – Averiguar denúncias ou fatos não éticos, fazendo os devidos encaminhamentos.

VII – Apreciar e emitir parecer sobre questões ético-profissionais em projetos de ensino e pesquisa em enfermagem.

CAPÍTULO III

Da organização e composição.

Art. 6 A CEEEn atende os profissionais da Enfermagem de todas as áreas de trabalho da entidade, no que se refere aos aspectos éticos do exercício da profissão.

Parágrafo único: A observância das normas éticas estende-se aos Atendentes de Enfermagem ou assemelhados, devidamente autorizados pelo COREN-3C e que exerçam atividades na área de Enfermagem, embora não possam votar ou serem eleitos.

Art. 7º - A CEEEn é constituída por Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, em igual número, observando os seguintes critérios:

I — Ter, no mínimo, 1 (um) ano de efetivo exercício profissional.

II – Ter, no mínimo, 1 (um) ano de vínculo empregatício com a entidade.

III – Estar em pleno gozo dos direitos profissionais.

IV - inexistir condenação em processo ético, processo disciplinar, processo civil ou processo penal nos últimos 5 (cinco) anos.



Art. 8º - A CEEEn será constituída por, no mínimo, por 1 (um) Enfermeiro, 1 (um) Técnico em Enfermagem e 1 (um) Auxiliar de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes.

Parágrafo primeiro: A CEEEn será constituída por 1(um) Enfermeiro e 2 (dois) Técnicos em Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, ou por 2 (dois) Enfermeiros e 1 (um) Técnico em Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, quando a instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis profissionais com vínculo empregatício.

Parágrafo segundo: A CEEEn será constituída por 1 (um) Enfermeiro e 2 (dois) Auxiliares de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, ou por 2 (dois) Enfermeiros e 1 (um) Auxiliar de Enfermagem efetivos e seus respectivos suplentes, quando a instituição tiver em seu quadro de pessoal somente estes dois níveis com vínculo empregatício.

Art. 9º - É incompatível a condição de membro da Comissão de Ética com a de Gerência do Órgão de Enfermagem.

Art. 10 - O mandato dos integrantes da CEEEn é, no mínimo, de 2 (dois) anos, sendo permitida a sua reeleição por igual período.

Parágrafo primeiro: A cada eleição poderão permanecer 50% (cinquenta) dos membros.

Parágrafo segundo: Os 50% (cinquenta) dos membros que optarem por permanecer na Comissão não concorrerão às eleições.

Art. 11 - O afastamento dos integrantes da CEEEn poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

Parágrafo único: independente do tipo de afastamento, a Coordenação da CEEEn comunicará o fato à Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).

Art. 12 - Entende-se por término de mandato, quando os integrante da Comissão concluírem os 2 (dois) anos de gestão.

Art. 13 - Entende-se por afastamento temporário quando o integrante da Comissão afastar-se por tempo determinado, no máximo, por um período de 4



(quatro) meses, ou quando estiver sendo submetido a processo ético. Parágrafo único: A solicitação do afastamento temporário deverá ser encaminhada à Coordenação da CEEEn, por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 14 - Entende-se por desistência a declinação de seu cargo por qualquer um dos integrantes da Comissão.

Parágrafo único: A desistência deverá ser comunicada, por escrito, à Coordenação da CEEEn, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 15 - Entende-se por destituição o afastamento definitivo do integrante da CEEEn, que se dará por decisão da Comissão, tomada em Reunião Ordinária, constando o fato em ata.

Parágrafo primeiro: A destituição ocorrerá nos seguintes casos:

- a) Ausência, não justificada, em 4 (quatro) reuniões consecutivas.
- b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais.
- c) Ter sido condenado em processo ético, civil ou penal.

Parágrafo segundo: A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEEEn.

Art. 16 - A substituição dos integrantes da CEEEn se processará da seguinte maneira:

I – A vacância por término de mandato atenderá os critérios estabelecidos no art. 7º deste regimento.

II – Na vacância por afastamento temporário, a substituição será feita pelo respectivo suplente, sendo indicado um suplente em caráter temporário, se o afastamento ultrapassar a 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único: A vaga de suplente em caráter temporário será preenchida:

- 1. Pelo próximo candidato mais votado nas últimas eleições; e se não houver,
- 2. Por escolha dos membros da CEEEn.

III – Na vacância por desistência ou por destituição, a substituição será feita pelo seu respectivo suplente que passará para efetivo, sendo chamado o

candidato mais votado do respectivo nível profissional para integrar a Comissão como suplente e concluir o mandato do desistente ou destituído.

Parágrafo Único: Não havendo suplente eleito, será realizada nova eleição

Art. 17 - A CEEEn elegerá entre seus membros efetivos, um Coordenador e um secretário, que terão mandato de 1 (um) ano, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo Único: A comissão poderá ser coordenada por qualquer um dos membros afetivos.

Art. 18 - A CEEEn reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada 30 dias, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo coordenador, ou por autoconvocação pela maioria simples dos seus integrantes, ou pelo COREN-SC.

Parágrafo primeiro: Na ausência do Coordenador, o secretário coordenará a reunião, sendo escolhido “ad hoc” um substituto para secretariar.

Parágrafo segundo: Na ausência do Secretário, será escolhido “ad hoc” um substituto para secretariar.

Parágrafo terceiro: Serão lavradas atas de todas as reuniões da Comissão constando a relação dos presentes, as justificativas dos ausentes, o registro das decisões tomadas e os encaminhamentos a serem feitos.

Parágrafo quarto: O quorum mínimo para as reuniões, verificado até 15 (quinze) minutos após a hora marcada para o início das mesmas, é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.

Parágrafo quinto: Na ausência de quorum, a reunião será suspensa, sendo feita nova convocação.

Art.19 - As decisões da CEEEn serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substituto.

Parágrafo primeiro: Os membros efetivos terão direito a voz e voto.

Parágrafo segundo: Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituindo um

membro efetivo. O suplente somente terá direito a voto na ausência do titular quando por empossado para substituí-lo.

Parágrafo terceiro: É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independente de estarem ou não substituindo um membro efetivo, terão direito de voto.

CAPÍTULO IV

Do processo eleitoral

Art. 20 - A convocação da eleição será realizada pela Gerência do Órgão de Enfermagem, em edital interno, no mínimo com 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da realização do pleito eleitoral.

Parágrafo Único: A Gerência do Órgão de Enfermagem deverá encaminhar cópia do edital de convocação da eleição, ao COREN-SC, no mesmo dia em que for publicado na entidade, juntamente com a relação dos Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem com vínculo empregatício na entidade, acompanhados de seus respectivos números de inscrição no COREN-SC.

Art. 21 - A Gerência do Órgão de Enfermagem designará uma Comissão Eleitoral para conduzir todos os trabalhos de divulgação dos resultados.

Parágrafo primeiro: É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.

Parágrafo segundo: A comissão Eleitoral elegerá um Presidente e um Secretário entre os seus membros.

Art. 22 - O material necessário para o desenvolvimento dos trabalhos eleitorais será solicitado pela Comissão Eleitoral à Gerência de Enfermagem da entidade.

Art. 23 - A escolha dos membros da CEEEn será feita através de eleição direta e secreta, sendo os candidatos eleitos pelos pares por voto facultativo.

Art. 24 - Somente poderão votar os profissionais regularmente inscritos no COREN-SC e com vínculo empregatício com a entidade.

Art. 25 - O COREN-SC fornecerá a Comissão Eleitoral a relação dos profissionais de Enfermagem da entidade que estiverem devidamente inscritos e em condições de votar e serem votados.

Art. 26 - Os profissionais de Enfermagem deverão candidatar-se individualmente, **sem formação de chapas**, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, até 10 (dez) dias antes do pleito, apresentando um fiscal, se assim desejarem.

Art. 27 - O local para a realização do pleito será definido pela Comissão Eleitoral de comum acordo com a Gerência do Órgão de Enfermagem.

Art. 28 - A eleição deverá ser realizada durante o horário de trabalho, respeitados os diferentes turnos.

Art. 29 - A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for, no mínimo, a metade mais um, por nível profissional e com vínculo empregatício com a entidade.

Parágrafo Único: Quando o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes, deverá ocorrer um novo pleito no respectivo nível profissional.

Art. 30 - A apuração dos votos será realizada pela Comissão Eleitoral, na presença dos fiscais, se houverem, ou de outros interessados, imediatamente após o encerramento do pleito.

Art. 31 - Somente serão computadas as cédulas sem rasuras e os votos que não apresentem dúvidas ou dupla interpretação.

Art. 32 - Serão considerados eleitos, como membros efetivos, os candidatos que obtiverem o maior número de voto, por nível profissional, seguido de seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.

Parágrafo Único: Em caso de empate, assumirá o candidato eleito que tiver maior tempo de contrato de trabalho na entidade.

Art. 33 - Os candidatos que receberam votos, mas não foram eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser também, relacionados por nível profissional na ata da eleição e constar da lista dos resultados das eleições a ser encaminhada ao COREN-SC.



Parágrafo Único: Os candidatos indicados no caput deste artigo assumirão o mandato em caso de afastamento temporário, desistência ou destituição segundo consta no Art. 16, Incisos II e III.

Art. 34 - Todas as ocorrências referentes ao processo eleitoral serão registradas em ata, assinada pelo Presidente, pelo Secretário, pelos demais membros da Comissão Eleitoral e pelos fiscais, se houverem.

Parágrafo Único: O Presidente da Comissão Eleitoral encaminhará os resultados das eleições com a respectiva ata à Gerência do Órgão de Enfermagem, imediatamente após o término da apuração.

Art. 35 - A Gerência do Órgão de Enfermagem proclamará os resultados das eleições através de edital interno, no primeiro dia útil após o seu recebimento.

Art. 36 - Os recursos relativos ao pleito somente serão recebidos pela Comissão Eleitoral se entregues, por escrito até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação dos resultados pela Gerência do Órgão de Enfermagem.

Parágrafo Primeiro: O recurso será julgado pela Comissão Eleitoral no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo Segundo: Caso necessário, o recurso terá como segunda instância a Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).

Art. 37 - A Gerência do Órgão de Enfermagem, no prazo de 15 (quinze) dias a contar a data do pleito, encaminhará, ao COREN-SC, a lista nominal de todos os votados.

Parágrafo Único: A listagem deverá informar:

a) o nome dos membros efetivos, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.

b) o nome dos membros suplentes, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.

c) o nome dos profissionais que receberam votos, seu nível formação e o número de inscrição no COREN-SC, que não farão parte no primeiro momento da



CEEn, mas que poderão ser convocados em caso de afastamento temporário. vacância por desistência ou por destituição de membros empossados.

Art. 38 - Somente após a homologação pelo Plenário do COREN-SC e a nomeação por Portaria emitida pelo seu Presidente, a CEEEn estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades definidas neste regimento.

CAPÍTULO V

Das competências

Art. 39 - A CEEEn tem as seguintes competências:

I - Divulgar os objetivos da CEEEn.

II - Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.

III - Promover e/ou participar de reuniões, seminários ou atividades similares, que visem à interpretação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.

IV - Assessorar a Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade nas questões éticas.

V - Orientar a equipe de Enfermagem sobre o comportamento ético-profissional e sobre as implicações decorrentes de atitudes não éticas.

VI - Orientar clientes, familiares e demais interessados sobre questões éticas relativas ao exercício profissional da Enfermagem.

VII - Promover e/ou participar de atividades multiprofissionais referentes à ética.

VIII - Apreciar e emitir parecer sobre questões éticas referentes à Enfermagem,

IX - Apreciar e emitir parecer sobre os aspectos éticos de projetos de ensino e de pesquisa da Enfermagem.



X - Zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem.

XI - Averiguar:

a) O exercício ético dos profissionais da Enfermagem.

b) As condições oferecidas pela entidade e sua compatibilidade com o desempenho ético-profissional.

c) A qualidade de atendimento dispensada a clientela pelos profissionais de Enfermagem.

XII - Averiguar denúncias, ou atitudes não éticas praticadas por profissionais de Enfermagem.

XIII - Comunicar, por escrito, ao COREN-SC, as irregularidades ou infrações éticas detectadas.

XIV - Encaminhar anualmente ao COREN-SC e à Gerência do Órgão de Enfermagem, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório de atividades do ano anterior até primeiro de março.

XV - Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do COREN-SC em caso de necessidade.

XVI - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão do COREN-SC nº 002 de 25 de janeiro de 2006.

Art. 40 - Compete ao Coordenador da CEEEn:

I - Convocar e presidir as reuniões.

II - Propor a pauta da reunião.

III - Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação.

IV - Representar a CEEEn junto ao Órgão de Enfermagem da entidade.

V - Representar ou indicar representante, onde se fizer necessária a presença ou a participação da CEEEn.

VI - Encaminhar as decisões da CEEEn, segundo a indicação.

VII - Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais, garantindo o envio de uma cópia, até o dia 01

(um) de março de cada ano, à Gerência do Órgão de Enfermagem e à Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).

VIII - Representar o COREN-SC em eventos, segundo a solicitação.

IX - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético-profissional.

Art. 41 - Compete ao Secretário da CEEEn:

I - Secretariar as reuniões da CEEEn, redigindo atas e documentos.

II - Providenciar a reprodução de documentos.

III - Encaminhar o expediente da CEEEn.

IV - Arquivar uma cópia de todos os documentos.

V - Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais.

VI - Presidir as reuniões nos impedimentos do Coordenador.

VII - Representar a CEEEn nos impedimentos do Coordenador.

VIII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

Art. 42 - Compete aos membros efetivos da CEEEn:

I - Comparecer e participar das reuniões.

II - Emitir parecer sobre as questões propostas.

III - Participar de reuniões ou programações relacionadas à ética, promovida pela CEEEn ou por outras entidades.

IV - Representar a CEEEn quando solicitado pelo Coordenador.

V - Participar, através de voto, das decisões a serem tomadas pela CEEEn.

VI - Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer à reunião.

VII - Participar da elaboração do planejamento e relatório anuais.

VIII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

Art. 43 - Compete aos membros suplentes da CEEEn:



- I** - Substituir os respectivos membros efetivos nos seus impedimentos.
- II** - Participar das reuniões da CEEEn.
- III** - Participar das atividades promovidas pela CEEEn.
- IV** - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.

CAPÍTULO VI

Das disposições gerais

Art. 44 - Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEEEn, da Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade ou da Comissão de Ética do ÇQREN-SC.

Parágrafo Único: A alteração será submetida à aprovação da Assembléia da categoria da entidade e à homologação da Plenária do COREN-SC.

Art. 45 - A Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEEEn.

Art. 46 - Os casos omissos serão decididos pela Plenária do COREN-SC.

Art. 47 - Este regimento entrará em vigor a partir da publicação da Decisão 002, de 25 de janeiro de 2006.

Aprovado pela Enfermagem da Beneficência Camiliana do Sul, Hospital São Francisco, reunida em assembléia no dia 24 de janeiro de 2007, no município de Concórdia, SC.



SÃOCAMILO
Hospital São Francisco

Parecer aprovado na Reunião Ordinária da CEC Nº. 120ª realizada no dia 14 de outubro de 2015- *Ad hoc*.

Homologado a aprovação do parecer na ROP Nº. 534ª da Plenária, realizada no dia 15 de Outubro de 2015

Concórdia, 28 de outubro de 2015

**ATO DE CONSTITUIÇÃO E NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO DA
COMISSÃO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM- CEEⁿ**



SÃOCAMILO

Hospital São Francisco

Concórdia, 28 de Outubro de 2015.

Revisado em: 05 de Abril de 2017

Diretor geral

Diretor administrativo

Cristian Guzzo

Enfermeiro

COREN 197897

Gerente de enfermagem

Revisado em: 03 de MAIO de 2018

Diretor geral

Diretor administrativo

Cristian Guzzo

Enfermeiro

COREN 197897

Gerente de enfermagem

Revisado em: _____ de _____ de _____

Diretor geral

Diretor administrativo

Gerente de enfermagem

